

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.231 - MS (2018/0340512-1)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : OI S.A
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES - MS004862
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA E OUTRO(S) - MS010526
ALESSANDRA ARCE FRETES - MS015711
DIOGO AQUINO PARANHOS - MS012675
AGRAVADO : GUTEMBERG RODRIGUES OSTEMBERG
ADVOGADOS : RODRIGO NUNES FERREIRA - MS015713
LUCAS RIBEIRO GONÇALVES DIAS - MS016103
GLAUBERTH RENATO LUGNANI HOLOSBAACH FERNANDES - MS015388

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA – LEGITIMIDADE ATIVA – VERIFICADA – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – AFASTADA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Não tendo a agravante ilidido a titularidade, validade e exigibilidade do contrato firmado entre as partes, deve ser mantida a decisão no ponto em que rejeitou a arguição de ilegitimidade ativa. 2. No que se refere ao pedido de litigância de má-fé melhor sorte não assiste ao agravado, pois, do que consta dos autos, não há como presumir que a recorrente esteja agindo dolosamente, extrapolando seu direito de recorrer.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 502 e 506 do CPC de 2015 (antigos artigos 467 e 472 do CPC de 1973). Alega, em síntese, que o acórdão recorrido violou os limites da coisa julgada.

É o relatório. DECIDO.

2. A matéria tratada nos artigos 502 e 506 do CPC de 2015 (antigos artigos 467 e 472, do CPC de 1973) não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido. Não foram opostos embargos declaratórios com o fito de suprir a existência de eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

De modo que a ausência de manifestação judicial a respeito da referida matéria trazida à cognição desta Corte impede sua apreciação na presente via recursal, tendo em vista a falta de prequestionamento, requisito viabilizador do acesso às instâncias especiais. No caso, incidem, por analogia, as Súmulas 282 e 356 do STF.

3. Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de verificar a alegada violação aos limites da coisa julgada, exigiria a alteração das

premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE RECONSIDEROU DELIBERAÇÃO ANTERIOR E, DE PLANO, NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA AGRAVADA.

1. Para alterar as conclusões do Tribunal local, a fim de verificar a apontada ofensa à coisa julgada, demandaria a incursão no acervo fático-probatório dos autos e a interpretação das cláusulas contratuais, providências inadmissíveis por esta via especial, ante aos óbices das Súmulas 5 e 7/STJ. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no AREsp 914.150/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 10/10/2018)

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator